

A Relação Espaço-Operário na Cidade: Os Casos da Comuna de Paris de 1871 e da Greve Geral de 1917 em São Paulo.¹

Amir El Hakim de Paula²

RESUMO

Este artigo tem como proposta compreender de que forma a classe operária se relacionava com as transformações urbanas ocorridas na era industrial, que relegava-a às áreas mais arrabaldes.

Por meio dos conceitos de segregação e apropriação espacial, procuramos analisar dois movimentos de grande importância histórico-espacial: a Comuna de Paris de 1871 e a Greve Geral de 1917 em São Paulo.

Analisando esses movimentos percebemos que embora com espacialidades e historicidades diferentes, eles demonstram uma tentativa de se criticar a ordem urbano-industrial e resgatar, mesmo que momentaneamente, uma cidade mais democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço; Segregação; Apropriação; Operário; Indústria.

ABSTRACT

This article has as proposal to understand as the worker class related with the urban transformations happened in the industrial age that relegated it to the suburb areas.

By means of the concepts of segregation and space appropriation, we look for to analyze two movements of great description-space importance: the 1871 General Strike and Commune of Paris of 1917 in São Paulo.

Analyzing these movements we perceive that with espacialities and different historicities, both demonstrate an attempt of criticizing the industrial urban order and rescuing, same that momentarily, a more democratic city.

KEY WORDS: Space; Segregation; Appropriation; Worker; Industry

¹ Esse artigo baseia-se, em parte, na Dissertação de Mestrado "Os Operários Pedem Passagem! A Geografia do Operário na Cidade de São Paulo (1900-1917), defendida em 2005, na FFLCH-USP sob orientação da Profa Dra Lea Francesconi.

² Aluno de Doutorado do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. E-mail: elhakim@usp.br

Introdução

Os estudos sobre a cidade e sua evolução ao longo do tempo foram (e ainda são) objetos de análise de diversos pesquisadores das ciências humanas, como arquitetos, historiadores e geógrafos, entre outros, possibilitando uma visão aprofundada sobre o objeto em si (a cidade), mas também a possibilidade de entendê-la nas suas especificidades.

Isso significa que cidades tão importantes como Paris e São Paulo podem ter aspectos que demonstram uma semelhança entre ambas, por serem cidades grandes, metrópoles, mas ao analisarmos mais profundamente cada aspecto do tecido urbano perceberemos a imensa diferença entre elas, seja na intensidade com que esses fenômenos espaciais se apresentem ou na forma de tratá-los.

Entendemos que as transformações urbanísticas pelas quais a cidade passa sob o capitalismo, entre outras coisas, acirram a luta de classes, e que compreender como essa luta se desenvolve nesse local, permite visualizar a sua essência, já que é a cidade o “palco” principal desse conflito.

Isso acontece, para nós, por dois motivos: primeiramente, as fábricas, o sindicato, locais onde os conflitos de classes também acontecem, são equipamentos eminentemente urbanos; e, em segundo, quase sempre esse conflito perpassa o local fechado e se espalha pela cidade, questionando a “ordem urbana” vigente.

Em que pese serem movimentos operários com formações étnica e ideológica distintas (predominância imigrante e anarcossindicalista no caso paulistano e marcadamente nacional, blanquista e proudhoniano no caso parisiense), no que tange às suas ações, percebemos uma imensa semelhança entre ambos.

Seus resultados são plenamente conhecidos: formação de uma comuna em Paris durante três meses e apropriação espacial operária em São Paulo por diversos dias. Fatos que demonstram a intensidade dessas ações sejam no espaço urbano, no cotidiano citadino ou na solidariedade de classe.

Através das diversas análises existentes sobre a cidade e sua história (que nos últimos duzentos anos está marcada pelo conflito entre o Trabalho e o Capital), percebemos como se desenvolveu nessas urbes a luta entre os que entendiam como lugar de lucro e aqueles que ansiavam por uma cidade menos “privada” e por isso, diríamos, mais “democrática”.

A Cidade e suas transformações espaciais

Um dos principais pensadores que analisam a cidade é Lefebvre. O filósofo francês teve como objeto de análise, em muitos de seus estudos, a cidade européia, atendo-se a um tipo específico de cidade européia, as cidades francesas como Paris.

Para Lefebvre, “a cidade, desde o princípio mesmo da era agrária foi uma criação humana, uma obra por excelência”. (1976, p.65) Uma criação considerada como uma obra de arte, dada a sua beleza, seus prédios adornados que iam se constituindo, uma criação singular entre as humanas e que teve em alguns períodos históricos um sentimento interno coletivo de muita força.

Mumford, outro importante autor, explica que as cidades medievais, de alguma forma, representam bem esse momento de hegemonia de um espírito coletivo sobre o espírito individual. Diz:

Por toda parte da cidade, a começar nos próprios muros, tudo era concebido e executado como uma obra de arte: até as partes de uma estrutura sagrada que podiam ficar invisíveis ainda eram acabadas tão cuidadosamente como se fossem plenamente visíveis [...] Os edifícios, longe de serem embolorados e ‘exóticos’, eram tão brilhantes e limpos como uma iluminura medieval, quando menos pelo fato de serem costumeiramente pintados de cal, de tal sorte que as cores dos fazedores de imagens, em vidro ou madeira policrônica, pudessem dançar refletidas nas paredes, assim como as sombras lançavam pequenas faixas de lilases nas fachadas e frontarias dos edifícios mais ricamente entalhados. (1965, p.386)

Sobre esses momentos nos quais o espírito coletivo se sobrepunha ao individual, em que o sentimento que dominava a maior parcela dos moradores era o de se ver como parte da cidade, as análises de Kropotkin sobre as cidades medievais também são de extrema valia.

Para Kropotkin, predominava nas cidades medievais a ajuda mútua entre os seus habitantes e não a competição, a busca pelo lucro.

Para ele, as cidades medievais têm sua gênese nas aldeias bárbaras e não remetem-se às cidades romanas.

Relatando como se davam algumas relações sociais dentro de algumas dessas cidades medievais, como, por exemplo, as da região de Flandres, Kropotkin demonstra que, apesar das diferenças sociais entre seus moradores serem evidentes, os valores que mais vigoravam eram os de ajuda mútua, de cooperação, ao invés do individualismo e da competição.

Diz o geógrafo russo

Este simples relato, quem sabe, caracteriza melhor do que nada o espírito das guildas medievais. Organizações semelhantes brotavam onde quer que aparecesse um grupo de homens unidos por alguma atividade comum: pescadores, caçadores, comerciantes, artesãos, etc. Como temos visto [...], na nave [é como o autor chamará essas cidades] já existia uma autoridade nas mãos do capitão, mas, para o êxito da empresa comum, todos aqueles reunidos na nave, ricos e pobres, amos e a tripulação, o capitão e os marinheiros, concordavam em serem iguais em suas relações pessoais – concordavam serem simplesmente homens obrigados a ajudarem-se mutuamente – e se obrigavam a resolver todos os desacordos que pudessem surgir entre eles com a ajuda dos juízes eleitos por todos. Exatamente o mesmo ocorria quando certo número de artesãos, carpinteiros, pedreiros, etc, se uniam para a construção, por exemplo, de uma catedral. Apesar de que pertencessem à cidade, que tinham sua organização política, e apesar de que cada um deles, além do mais, pertencesse a sua corporação, ao juntarem-se para uma empresa comum, fundavam uma guilda para a construção de uma catedral. (1989, p.179)

Percebemos então pelas palavras de Kropotkin que, independentemente das diferenças sociais existentes entre os moradores da cidade medieval, em vários momentos o espírito coletivo em muito superava a perspectiva individualista. Havia um sentimento de pertencimento àquele urbano.

Nessa mesma perspectiva, Barros ao estudar as cidades medievais da região da Toscana, aponta que nelas,

consolidava-se através da muralha, ainda que não apenas por ela, um sentimento de adesão a um grupo social movido por uma preocupação geral, a de construir um espaço dotado de recursos no sentido de garantir a proteção de sua população. Conseqüentemente, os laços de solidariedade e de associação fizeram-se mais presentes a partir dessa necessidade primeira.

E completa esse raciocínio, dizendo que:

[...] procurando desempenhar um papel mais concreto na produção e dinâmica da cidade, o governo começou intervindo no sentido de impor aos detentores do espaço privado restrições, que acabavam por submetê-los ao interesse público, [dando-se que essas comunas medievais] esforçaram-se em colocar à disposição da população urbana as fontes, os poços, os banhos etc, ampliando o espaço público em detrimento do privado e fornecendo à população urbana os serviços que a comunidade necessitava. (2002,p.110)

Até mesmo na configuração espacial, Kropotkin nos mostra que apesar dos vários grupos sociais existentes, ainda não estava delimitada uma diferenciação espacial entre as classes. Diz:

Comumente a cidade estava dividida em quatro bairros, ou em cinco, seis ou sete setores que irradiavam de um centro aonde estava situada a catedral e a fortaleza. E cada bairro em geral representava um determinado gênero de comércio ou profissão que predominava nele, apesar de que naqueles tempos em cada bairro podiam viver pessoas que ocupavam diferentes posições sociais e que se entregavam a diversas ocupações: a nobreza, os comerciantes, os artesãos e ainda os semi-servos. (1989,p.186)

Então, fica claro, para nós, que nessas cidades, além de uma relação mais próxima entre os grupos sociais, não havia ainda uma divisão de bairros que denotassem alguma homogeneidade social (bairro de ricos num lado da cidade e de pobres do outro lado). Isso vai se configurar na cidade com advento da industrialização, quando então fica bem definido no tecido urbano onde se localizam os bairros industriais-operários e os bairros mais ricos.³

Isso não significa que nessas cidades medievais existisse uma igualdade econômica ou política entre os grupos sociais. Entretanto do ponto de vista espacial, as relações entre esses grupos não resultavam em segregação⁴, o que pode demonstrar que as diferenças eram de outros tipos, como a de posição estamental, por exemplo.

Essa pouca diferenciação espacial ocorria, segundo Rolnik, pois “sendo comunal, a terra urbana era simplesmente ocupada pelos moradores, à medida que ali iam se instalando.” Sendo assim “[...] na cidade medieval não há segregação entre os locais de moradia e trabalho”. (1988, p.32)

Após esse período de efervescência urbana, característico da Baixa Idade Média, a cidade passa a partir da Idade Moderna, a sofrer um processo maior de mercantilização, resultado da emergência da propriedade privada e da luta pelo

³ Sobre essa relação entre as classes sociais no espaço urbano diz BARROS (2002, p.113-114): “[...] diferentemente de hoje em dia, a segregação espacial por camada social não era o principal fator que dava sentido e que explica a configuração e a reprodução da unidade territorial do bairro medieval.”

⁴ Nosso conceito de segregação espacial está explicitado mais adiante na página 7.

fim das chamadas “terras comunais” por parte da nobreza (que detinha o poder político) e da burguesia (que detinha o poder econômico).

Para Rolnik, o processo de mercantilização da sociedade (e da cidade) favorece o surgimento de uma segregação espacial ainda no século XVII, quando então,

[...] para os principais funcionários do estado e para os grandes comerciantes e banqueiros, os locais de residência passavam a se separar do local de trabalho. Com isto, novos bairros exclusivamente residenciais e homogêneos do ponto de vista social começam a surgir. (1988, p.47)

Nos séculos XVIII e XIX, com o advento da indústria e o surgimento do proletariado urbano, a Burguesia, já também detendo o poder político, promoveria na cidade a ampliação dessa segregação espacial, ao delimitar a localização dos bairros operários e burgueses.

Consideramos segregação espacial a política desenvolvida pela elite da época, que teve como objetivo principal deslocar para os arrabaldes da cidade as classes populares.

Essa separação ocorreu como forma dessa classe dominante se diferenciar das demais seja economicamente, culturalmente e/ou politicamente.

Com a industrialização, a cidade se submete a outra lógica, e passa a ser conhecida não apenas pela sua beleza e pelas possibilidades de usos, mas pelo lucro que possa auferir.

Ela passa a ser um objeto de lucro para aqueles que detêm o poder econômico e político, e por isso nela é cabível uma “otimização” econômica, para assim facilitar entre suas ruas a circulação das mercadorias.

Essa classe social (a burguesia) busca aumentar seu poder de influência, destruindo não só as construções mais antigas, com o apelo à modernidade, mas principalmente instituindo a todos um novo jeito de apreendê-la. Por isso para Lefebvre, com o advento da indústria a cidade já não seria mais uma obra, mas tratar-se-ia de um produto. Diz ele:

Com a indústria, se produziu a generalização da troca e do comércio: os costumes e o valor dos costumes desapareceram quase por completo, não perdurando mais do que a exigência do consumo das mercadorias, desaparecendo quase por completo a faceta qualitativa dos costumes. (1976, p.67)

Começa a surgir outra cidade com a industrialização. A segregação espacial já se faz presente.

A cidade da era industrial, ao contrário da medieval, vai, pela força do Capital, do lucro, delimitando no seu tecido urbano os vários usos. Essa segregação separa nos seus limites os vários grupos sociais que a compõem.

Um deles para nós é de extrema importância, pois vive o pior lado dessa segregação: trata-se da classe operária.

Na cidade da era industrial, o operário, embora livre comparado com o servo da Idade Média, ocupa um espaço que lhe foi determinado pela classe antagônica à sua, a burguesia. E então poderíamos questionar que tipo de

liberdade que usufrui, dado que já não escolhe a profissão que exerce, muito menos onde vai viver.

É comum que esteja próximo às indústrias, convivendo com a poluição e sujeira diária, em quartos minúsculos, muito embora seja o principal construtor das mudanças pela qual a cidade passa. Embora seja o elemento segregado da cidade, é a partir de suas mãos que se constroem as principais ruas, praças e chafarizes. Entretanto pouco disso ele pode usufruir. É um construtor alheio à sua obra.

O fim dessa visão da cidade como espaço de lucro, só ocorreria a partir da "[...] proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separado do valor de troca)". (LEFEBVRE, 1991, p.145)

Ainda para Lefebvre, a classe capaz de fazer essa transformação é:

[...] o proletariado. [...] Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtiva e criadora, ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem portanto a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida quotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material. (1991, p.144)

Ao apropriar-se da cidade (seja economicamente ou politicamente), o proletariado pode devolver a mesma o seu sentido de obra, de construção coletiva, destruindo então sua lógica vigente, de lucro e de alienação.

Apropriação, para nós, significa muito mais do que ocupar o espaço urbano. A ocupação pode ser feita de forma a não questionar a ordem social ou até

mesmo reforçá-la. Já a apropriação é uma ocupação com vistas a uma transgressão da ordem então estabelecida.

Por meio dessa apropriação da cidade pelo proletariado urbano, percebemos que mais do que lutar por um espaço sem segregação, ele enquanto classe, em alguma medida, quer se contrapor ao modo burguês de viver.

Nesse sentido, transformar a cidade é mais do que mudar o aspecto urbano dela, sua materialidade. Trata-se de transformar os valores que animam os homens; de trocar o mundo do lucro imediato, do individualismo, pelo da solidariedade, da troca harmônica entre os homens, mas também destes com a natureza.

Temos em vista com a idéia de apropriação, o ato de dominar o espaço do outro. E isso pode ser feito baseado em passeatas e comícios em praças públicas, quando a transgressão se dá de forma menos violenta, apesar de simbolicamente demonstrar a grande forma dessa classe, como também (e diríamos principalmente) a partir da utilização das ruas como instrumento de luta (como por exemplo, no uso de paralelepípedos para a construção de barricadas).

Alguns fatos na história demonstram que a possibilidade do proletariado se apropriar da cidade já foi real.

Fatos hoje esquecidos pelo tempo demonstram que quando essa classe percebeu seu poder, apropriou-se da cidade e transformou-a, de um espaço de lucro em um espaço coletivo.

Movimentos de Luta na/pela Cidade: A Apropriação Espacial em Paris e em São Paulo.

Consideramos a greve geral de 1917 em São Paulo como um evento no qual tentou-se romper com uma lógica espacial segregada, como analisaremos detalhadamente mais adiante. Por enquanto, veremos como Lefebvre entende o rompimento dessa lógica espacial excludente nos dias da Comuna de Paris, em 1871.

Para Lefebvre, a Comuna de Paris, além de ser um evento de importância histórico-social inegável, determinou também a tentativa de romper com uma lógica espacial imposta à cidade pela burguesia, possibilitando a instalação de uma “democracia urbana”, ou uma tentativa de tornar a cidade menos excludente.

A burguesia, após as revoluções de 1848, procurou expulsar do centro para a periferia a classe operária, através das reformas urbanísticas que ocorreram durante o Segundo Império, de 1851 a 1870, tendo como um dos idealizadores o barão Haussmann, Prefeito de Paris no período de 1853 a 1870.

Quais seriam as intenções dessa reforma urbana na Paris do Segundo Império?

[...] Abrir amplas avenidas para permitir a circulação dos carros e dos batalhões, para facilitar o tiro das metralhadoras. E também para alijar os trabalhadores do centro da cidade, até as zonas periféricas, os futuros arrabaldes. (1976,p.151)

Lefebvre entende que, a partir dessa segregação espacial, a classe operária passa a ser o agente principal que luta contra essa reforma, pois é o grupo social que mais sofre com ela.

A partir dessas análises, podemos deduzir que a Comuna de Paris possibilita-nos apreender com mais força o papel de relevo que teve a classe operária nesses eventos.

Nos dias em que a Comuna existiu, as reformas idealizadas pela burguesia local com a intenção de transformar o centro de Paris em uma área livre de operários se mostraram infrutíferas, já que para lá os operários se dirigiam aos milhares no auge da revolução.

E retornando ao centro, os operários recuperaram o sentido de obra, que um dia a cidade já teve. Lefebvre sobre isso diz:

Deve-se notar que Haussmann não alcançou seu objetivo. Um dos sentidos da Comuna de Paris (1871) foi o forçoso retorno para o centro urbano dos operários relegados para os subúrbios e periferias, a sua reconquista da cidade, este bem entre os bens, este valor, esta obra que lhes tinha sido arrancada.

E completa:

Os operários expulsos para os bairros e comunas periféricas voltaram a apropriar-se do espaço que lhes havia excluído o bonapartismo e a estratégia dos dirigentes. Trataram de voltar a entrar em posse deste, dentro de uma atmosfera festiva (guerreira, mas cheia de colorido). (1976, p.152)

Nos três meses da Comuna, a cidade é de quem a construiu. A apropriação das ruas pelos operários permitiu a luta por uma cidade mais justa e sem

segregação e festa pela vitória conquistada. Por algum tempo, a cidade e seu centro eram daqueles que os construíram: os trabalhadores.

Se em Paris, a Comuna de 1871 foi um movimento de grande questionamento à segregação espacial, à transformação da cidade como um espaço de lucro, no caso de São Paulo esse questionamento ocorreu com a Greve Geral de 1917.

A greve se iniciou em 22 de junho no Cotonifício Crespi, quando os operários não tiveram atendidas as suas reivindicações, como aumento de salários e fim do trabalho noturno. O movimento então se estendeu a outras fábricas com as mesmas reclamações e, com reclamações específicas a cada uma, totalizando no início de julho mais de 20.000 operários paralisados, quando então já eram várias as categorias e as fábricas paradas, sendo grevistas de vários setores, tais como canteiros, leiteiros, oleiros, etc.

Segundo o jornal “O Combate”⁵ de 11/07/1917

[...] os maiores núcleos grevistas são a fábrica de tecidos Mariângela, com mais de 2.500 operários; fábrica de Tecidos de juta, com 2000, Cotonifício Crespi, com 1500, estamperia Matarazzo, com 2000, fábrica de alpargatas, com 1000; Antartica, com 1000, fábrica de tecidos Boys com 800, canteiros de diversas localidades, com 800, etc. Além disso, suspenderam hoje os trabalhos, sem fazer reclamações e apenas for solidariedade com os companheiros, os operários do Lanifício De Camillis, das Indústrias Textis, da Fábrica de Tecidos Ipiranga, do Lanifício Catumby, etc. [...] Esperam-se, para hoje, a adesão dos operários oleiros, tiradores de areia, leiteiros e a de tecelões de diversas fábricas, companhia de gaz e outras.

⁵ O Jornal O Combate era simpático às lutas dos trabalhadores, embora não fosse ligado diretamente à classe operária. Seu diretor e redator principal era o jornalista Nereu Rangel Pestana.

Nesses dias de manifestações operárias, a maior parte das fábricas da cidade foi fechada, entretanto, em sua maioria, elas ficavam nos bairros onde moravam os operários. Parar a cidade inteira incluía também parar seu o centro, região mais comercial. E isso também ocorreu. É o que aponta o “Correio Paulistano⁶” de 13/07/1917:

[...] Com o decorrer das horas, o movimento pelas ruas do bairro, e especialmente pela grande artéria que é a avenida Rangel Pestana, começou a intensificar-se e era quase na sua totalidade, composto de operários, homens, mulheres e crianças que haviam deixado de comparecer às fabricas. De uma certa hora em diante, o triangulo central entregue a sua actividade pacifica, começou igualmente a ser invadido por uma onda de desocupados. O commercio, alarmado com os gritos subversivos que partiam daqui e acolá, julgou prudente cerrar também as sua portas, a exemplo do que estava succedendo nos arrabaldes, ainda os mais longínquos.

Se a chegada desses operários ao centro da cidade apavorava a elite, os primeiros, por meio de seus jornais, comemoravam tal “ousadia”, apontando que estar na região central foi apenas uma questão de tempo, visto que as manifestações já eram intensas em várias regiões da cidade, não se importando, inclusive, com a presença de policiais.

É o que vemos no jornal operário “A Plebe” de 09/07/1917:

A decisão dos operários já vae desnorteando os burgueses. Encontrasse no mesmo pé o movimento dos operários do “Cotonifício Crespi” [...] Reúnem-se elles diariamente na Liga Operária da Mooca, onde tratam animadamente da greve e do movimento obreiro em geral. O cavalliere da indústria está tão apavorado que já mandou a sua família para o Guarujá, raramente apparecendo no palacete da Avenida.

⁶ O jornal “Correio Paulistano” foi um jornal do Partido Republica Paulista (PRP) e representante da elite local.

E completa:

A pacatez vagabunda da burguezada do centro da cidade foi perturbada pelo clamor dos operários grevistas em manifestações. Afim de reclamar a liberdade de seu companheiro preso, os trabalhadores homens, mulheres e crianças vieram em colunas até a frente da Polícia Central, reunindo depois em comício no largo da Sé, onde falaram dois camaradas e uma companheira. Num dos dias da semana, os grevistas da Mooca foram incorporados até o Ipiranga onde conjuntamente com os operários da fábrica de Nami Jafet, realizaram um comício.

A gente do burguez, que mora nas imediações onde se reuniram os operários, julgando que havia chegado a hora da justiça popular, fecharam-se a sete chaves.

E aos poucos os grevistas foram parando a cidade, seus bondes, táxis, cocheiras. Pelo menos, por pouco tempo que fosse a cidade era sublevada e a “comandavam” não mais a elite, e sim os operários.

Os jornais operários também apontavam vários confrontos pela cidade. Era como se os operários tentassem através dessas lutas tomarem posse desse espaço, construído por eles, mas que lhes fora retirado pela elite (no sentido de que era ela que dominava politicamente e economicamente a cidade) e que aos poucos retornava às suas mãos.

Mais ainda, os operários ocupavam não com alguma permissão oficial, mas arrancando violentamente das mãos dessa elite o controle do espaço urbano.

E ao se apropriar de cada “pedacinho” da cidade, ficava mais fácil chegar ao centro dela.

A reportagem do jornal “A Plebe” de 21/07/1917, aponta com detalhes esse conflito:

As Barricadas

Em vários pontos da cidade travaram-se, como é sabido, verdadeiras batalhas entre o povo e a força armada. Foram tiroteios incessantes que os grevistas heroicamente sustentaram forçando a debandar, em completa desordem, numerosos contingentes da força pública. A cavallaria, sobretudo, teve o seu quinhão.

No Bom Retiro e Ponte Pequena os grevistas formaram verdadeiras barricadas de onde alvejavam, num fogo certo e vivo, os inconscientes e militarizados defensores do Estado e do Capitalismo, princípio e causa de sua própria desgraça e da desgraça daquelles que são os seus irmãos de sofrimento e miséria.

No bairro do Brás, de predominância operária,

[...] foco da agitação, está com a vida normal completamente paralisada. O comércio quase todo cerrou as portas e a Light foi forçada a suspender o tráfego de bondes, que eram assaltados de momento a momento. As ruas estão apinhadas de grevistas, em ruidosas manifestações.

No período entre o dia 09 e o dia 13 de julho, foram constantes as manifestações de rua, confrontos entre operários e a polícia, assaltos a bondes e moinhos. Em um desses conflitos, foi morto o sapateiro anarquista José Martinez.

O medo instalava-se na elite e a polícia, como forma de diminuir a força do movimento, resolveu adotar uma medida drástica: proibir as manifestações públicas. É o que diz a nota da Força Pública, publicada pelo jornal "O Combate" de 13/07/1917 : "Em vista das agitações promovidas por desordeiros e elementos exaltados da classe dos operários e em benefícios mesmo dos trabalhadores pacatos, a polícia não permitirá reuniões nas praças e ruas públicas".

As leis que regiam o espaço público proibindo a circulação pelo centro, não eram mais respeitadas, e mesmo assim a polícia temia em fazer cumpri-las. No

enterro do sapateiro Martinez, o cortejo fúnebre passou pelas ruas centrais da cidade e independentemente de ser proibida a passagem de féretro por essa região, os operários exigiram que o cortejo também passasse pelas ruas do Triângulo Central (ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento).

Os órgãos públicos municipais e a Força Pública, na busca de uma normatização da passeata e procurando um controle do espaço, indicaram um itinerário aos operários, como forma de evitar que esses chegassem próximo às lojas centrais (e causassem algum dano à propriedade), como também passassem próximo à delegacia e tentassem soltar os operários presos nos dias de greve.

Sobre essa manifestação de rua e o descumprimento de leis que proibiam a passagem de féretro pelo centro, temos a opinião primeiramente do Jornal “O Combate” de 10/07/1917, e depois a impressão dos operários sobre tal restrição, noticiado pelo jornal “A Plebe” de 21/07/1917.

O Combate

A greve – O enterro do operário morto – Vários incidentes

Perto de 3 mil operários acompanharam o féretro, que saíu da rua Caetano Pinto nº 91 em demanda à necrópole do Araçá.

O itinerário marcado pela polícia não foi obedecido. Pretendia esta fazer passar o enterro pela rua Monsenhor Anacleto, tomando a rua 25 de Março, subir pela rua Senador Queiroz, rua Ipiranga, rua Consolação, com destino ao cemitério. A comissão entendeu, porém que o féretro devia passar pelo centro, embora as posturas municipais expressamente o proibissem.

No entanto, quando o dr. Rudge Ramos pedia á comissão que obedecesse o itinerário marcado houve tumulto; com isso, concordou, afinal, para evitar conseqüências maiores, o 3º Delegado Auxiliar. O

féretro subiu a ladeira do Carmo, querendo os membros da comissão, que o mesmo passasse pela Polícia Central.

A Plebe

[...] a enorme massa que formava o cortejo seguiu por onde muito bem quis, contra a vontade expressa dos mandões que não estimavam ouvir na própria cara e perto do seu antro as veementes acusações das turbas repletas de justificada revolta. Assim, foram tomadas, de ponta a ponta, pela multidão as ruas 15 de Novembro e São Bento onde os aristocratas vendilhões exercitam o seu lucrativo commercio.

Os trechos acima mostram a geografia dessa manifestação (as ruas que a passeata se utilizou para chegar ao cemitério), mas, principalmente, que essa movimentação não necessariamente passaria pelas ruas que mais facilitassem a chegada ao cemitério.

Não se tratava de levar o corpo o mais rápido à necrópole. Isso porque, nesse momento, era necessário mostrar a força da greve e que a morte de um dos operários não abalou o movimento, mas pelo contrário, fortaleceu-o, já que uniu mais ainda as várias categorias de trabalhadores, incentivando, como vimos anteriormente, novas formas de insubordinação.

Mesmo entre os policiais houve simpatias pelo movimento. Segundo “A Plebe” de 04/08/1917, durante um comício na Praça Tiradentes no Rio de Janeiro, operários ouviram de um soldado que fazia a patrulha no local:

“Meus camaradas - dizia elle para os operários da roda – em São Paulo os soldados chegaram a ajudar os grevistas a arrancarem os trilhos dos bondes, no Braz [...]”

E completa: “Em Lorena, muitos soldados se negaram a partir para São Paulo”.

É interessante assinalar que a cidade, durante alguns dias, foi literalmente tomada pelos operários. Forçaram a paralisação dos bondes. Quebraram os lampiões e colocaram a cidade em pavor.

Havia registros de saques a grandes moinhos e citações de invasões de presídios e soltura de militantes presos. Os seus bairros eram como fortaleza e seus becos impediam a entrada de policiais.

Revolta generalizada. Desacato às leis. Sublevação de soldados. A elite se apavorou e o principal comandante da Força Pública, no momento mais grave, entendeu a greve como uma revolução.

Sobre os acontecimentos, diz o delegado Thyrsó Martins:

Um movimento operário baseado originalmente, em justa causa, foi a pouco e pouco se desvirtuando a ponto de degenerar em graves perturbações da ordem pública, com aspectos alarmantes de uma verdadeira revolução. [Então] :[...] o tráfego dos bondes foi paralisado porque os grevistas assaltaram os veículos e os danificaram; os combustores da iluminação pública foram apedrejados e inutilizados; veículos que conduziam leite e carne para os hospitais foram saqueados [...] A revolução era aconselhada francamente. Da mesma sorte o saque. (CORREIO PAULISTANO, 07/10/1917, p.3)

Movimentos separados no tempo e no espaço, a Greve Geral de 1917 e a Comuna de Paris de 1871 foram situações de rompimento de uma ordem estabelecida. Ordem essa que circunscrevia os operários às áreas arrabaldes das cidades e desestimulava a presença desses trabalhadores no centro.

O operário “proibido” de desfrutar a cidade no seu todo, como numa catarse, numa mistura de luta e festa, chegava às áreas centrais, até então reservada às elites.

Nesses dias de confronto reinaram soberanamente os operários. Parando as ruas e as fábricas, dificultava-se a circulação de mercadorias.

Para nós, esses movimentos permitiram na cidade uma nova geografia, mais livre, mais dinâmica e menos excludente. Por quase um mês em São Paulo e três meses em Paris a cidade foi do operário, a geografia da cidade foi determinada pelo trabalhador!

Bibliografia

BARROS, Andréa de Marco Leite de. **O Espaço Urbano na Toscana durante os séculos XIII e XIV**. 267f. 2002. Dissertação (Mestrado em História)-FFLCH-USP.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Reflexões sobre o Espaço Geográfico**. 130f. 1979. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH-USP

KROPOTKIN, Piotr. **El Apoyo Mutuo – Un Factor de Evolucion**. Colômbia: Ediciones Madre Tierra, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y Política – El Derecho a La Ciudad II**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Vol I. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

Jornais

O Combate. Editor Nereu Rangel Pestana, 1917.

Correio Paulistano. Orgam do Partido Republicano, 1917.

A Plebe. Editor Edgar Leuenroth, 1917.